

I'm not a robot









## Modelo de justificativa em execução de alimentos

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM ...ª VARA..... DO FORO..... PROCESSO N.º ..... EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....(nome completo), já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, na AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA, que lhe move .....(nome do exequente), por seu advogado que esta subscreve, constituído nos termos do incluso instrumentode mandato em anexo (doc. ....), vem, respeitosamente à honrosa presença deVossa Excelência, apresentarJUSTIFICAÇÃOos termos que abaixo passa a expor:1 - Ad argumentandum tantum, passemos em revista o que ocorre na presente Execução.....(resumir o pedido da execução)1O Executado, embora devedor da dívida alimentar em apreço, encontra-se em situação financeira difícil.Senão vejamos:II -Com todas as dificuldades que vem atravessando, o Executado está cumprindo a obrigação alimentar de acordo com suas possibilidades econômicas atuais, efetuando pagamentos parciais ou não rigorosos.....(argumentar quanto impossibilidade de efetuar os pagamentos integralmente).III - DO MÉRITO1Pelo dispositivo do artigo 733 do Código deProcesso Civil, a defesa do Executado restringe-se a dois tópicos: "pagamento"e " impossibilidade do cumprimento", limitando-se a cognição do juiz com o mérito.Como já salientado acima, demonstra-se que o Executado efetuou ..... (números e valores) pagamentos que foram ignorados pelo ExequenteA prisão civil é o meio coercitivo que deve ser aplicada somente em casos nos quais haja extrema necessidade e se verifique estar o devedor de alimentos protelando o pagamento injustamente, embora tenha condições para fazê-lo.Inegavelmente, não é este o caso.Na verdade, o que há é o cumprimento parcial ou irregular da obrigação e não o seu descumprimento voluntário.2Como discorrido acima, houveram pagamentos parciais em razão da impossibilidade temporária de cumprir com a obrigação em sua totalidade.Todavia, a apresentação comprovada de documentos quanto aos pagamentos parciais, elide a prisão, por que demonstram o começo de prova de momentânea impossibilidade de satisfazer por inteiro a obrigação, inibindo assim a privação da liberdade. Notadamente também a proposta de parcelamento efetivo impede o encarceramento do Executado.Ademais, o entendimento de nossos EgrégiosTribunais é unânime quanto ..... (copiar jurisprudência cabível).Assim, diante do exposto, requer a Vossa Excelência, o recebimento desta justificação com os devidos fatos e direito que traz em seu bojo, bem como a apreciação da planilha ora apresentada com os devidos pagamentos comprovados.E, ao final, após chegar à liquidez da dívida, que esta seja dividida em parcelas mensais e sucessivas de R\$ ..... (valor por extenso), ouvindo-se o credor acerca da aceitação em parcelar o débito na maneira proposta viabilizando assim o cumprimento do encargo que pesa sobre o devedor.Requer por fim, a oitiva do Ilustre Representante do Ministério Público, bem como provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente documental e testemunhal, se necessário for.Nestes termos,Pede Deferimento....., ..... de ..... de .....(local e data).....Advogado (nome) OAB/... nº.....3 Esse modelo de petição pode ser utilizado pelo Executado, a fim de apresentar justificativas e esclarecimentos sobre a alegação de suposto atraso com obrigações de pensão alimentícia, propondo uma nova forma de pagamento do débito. Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ... Vara de Família e Sucessões da Comarca de especificar(espaco de 05 linhas)Cumprimento de Obrigação de Prestar AlimentosAutos nº(espaco de 05 linhas)Nome Completo do Executado, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrito no CPF sob o nº, usuário do endereço eletrônico especificar e-mail, residente e domiciliado na endereço completo, por seu advogado que esta subscreve (procuração anexa), com escritório na endereço completo, onde recebe intimações, usuário do endereço eletrônico especificar e-mail, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo que lhe move Nome Completos dos Exequentes, o Menor e sua Genitora, apresentar suas justificativas, conforme as razões abaixo aduzidas.1. Dos FatosOs Exequentes ajudizaram o presente feito alegando que o Executado estaria em atraso com suas obrigações alimentícias.Assim, requereram a citação para pagamento ou apresentação de... O executado apresenta justificativa para a não quitação de alimentos, alegando incapacidade financeira temporária devido a desemprego. Propõe acordo para parcelamento do débito e solicita assistência judiciária, anexando documentos que comprovam sua situação. Requer aceitação da proposta e intimação dos exequentes.Modelo de justificativa para o não pagamento do débito alimentício, onde o executado apresenta proposta de acordo para quitação do débito. O modelo de justificativa deve ser apresentado em forma de petição, direcionada ao juízo onde tramita a execução de alimentos ou a ação de alimentos. O que deve constar em uma justificativa pelo não pagamento de alimentos? Uma justificativa pelo não pagamento de alimentos deve conter: Incapacidade financeira: O devedor deve apresentar os motivos pelos quais não possui recursos suficientes para cumprir a obrigação, como perda de emprego, redução de renda ou despesas inesperadas, baseando-se em uma pesquisa de sua situação financeira e econômica. Esforço realizado: É essencial que o devedor mostre ter feito esforços para manter a relação de compromisso, como pagamentos parciais ou tentativas de renegociação do valor, demonstrando a realização de ações para minimizar o inadimplemento. Documentação: A organização de documentos que comprovem a impossibilidade de pagamento é crucial. Esses podem incluir extratos bancários, comprovantes de desemprego, ou despesas inesperadas, justificando os motivos da inadimplência. Proposta de adequação: O devedor pode sugerir um valor alternativo que seja compatível com sua situação financeira atual, com base em normas que assegurem a boa-fé e o cumprimento parcial da obrigação. Duração: Esclarecer se a incapacidade é temporária ou permanente e apresentar um plano para a realização dos pagamentos pendentes assim que possível. Essa justificativa deve ser apresentada dentro do prazo legal, conforme as normas previstas no CPC. Qual o prazo para apresentar uma justificativa pelo não pagamento de pensão? O prazo para apresentar Nome Completo do devedor de alimentos não seja aceito, ele poderá ser preso por até 90 dias. Após este período, ele deve ser solto, conforme Art. 528 do Código de Processo Civil: Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. §1º Caso o executado, no prazo referido no caput , não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 517 . O que acontece se o devedor não apresentar justificativa pelo não pagamento de pensão? Caso o devedor ou executado não apresente uma justificativa plausível pelo não pagamento de alimentos ou pagamento das parcelas devidas, o juiz poderá: Levantar o registro no cartório de protestos e valor devido; Determinar a prisão do devedor. Caso este Modelo de Justificativa não seja aceito, é possível protestar o valor de pensão devido? Caso a justificativa do devedor não seja aceita pelo juiz, o valor devido poderá ser protestado, de acordo com o Art. 528 §1º do Código de Processo Civil, seguindo o rito do Art. 517: Art. 517. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523. §1º Para efetivar o protesto, incumbe ao exequente apresentar certidão de teor da decisão. §2º A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 (três) dias e indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário. §3º O executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do título protestado. §4º A requerimento do executado, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação. Caso a justificativa não seja aceita, por quanto tempo o devedor de alimentos pode ser preso? Caso a justificativa do devedor de alimentos não seja aceita, ele poderá ser preso por até 90 dias. Após este período, ele deve ser solto, não podendo voltar a ser preso pelo mesmo motivo. É importante lembrar que o decreto de prisão só é válido em razão do valor devido dos últimos 03 meses anteriores ao protocolo do pedido do credor de alimentos. Com isso, concluímos que a justificativa é uma manifestação importante na defesa do devedor de alimentos - em 20 anos de experiência na advocacia, presenciamos várias prisões de alimentos ocasionadas por uma justificativa mal feita. E também obtivemos vários indeferimentos dos pedidos de prisão com a utilização de modelos de justificativas objetivos, estruturados e convincentes. Mais modelos de justificativa Modelo de Justificativa em Ação de Alimentos Modelo de Impugnação à Justificativa - Execução de Alimentos Modelo de Justificativa - não pagamento de pensão alimentícia Caso precise de algum modelo para processos específicos, mande um e-mail pra nossa plataforma! Conheça também nossa INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, para dar todo o suporte necessário ao advogado! Torne-se um membro da nossa comunidade! Tenha acesso imediato a esta e muitas outras Petições elaboradas por advogados especialistas.+30 mil petições utilizadas na práticaBusca avançada de JurisprudênciaJurimetria Inteligente Saiba sua real chance de êxito em cada processoPetições Premium atualizadas e revisadas pelo JusDocsFluxogramas jurídicos para auxiliar na tomada de decisãoEditor de documentos com inteligência artificialGerador de Petições com IA 5 créditos /mês Copyright © SIMPLE LABS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Fone: (11) 4130.3734 - Contato CNPJ 31.102.084/0001-06 - Av. Bagé, 1199 - Porto Alegre - RS - Brasil É proibida a reprodução do conteúdo desta página sem autorização prévia do autor. Termos de uso | Política de privacidade | FAQ | Suporte | Adquirir Modelo Inicial PRO EXMO. SR. XXXXXXXXXXXX DE DIREITO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITALProcesso: Execução de alimentos , já qualificado no processo em epígrafe, vem, em cumprimento ao r. despacho de fls. 37 , por intermédio da Defensoria Pública, em exercício junto a este r. juízo, á presença de V.Exa. , expor e requerer o que se segue:1- DA GRATUIDADE DE JUSTICA Inicialmente, afirma sob as penas da lei e que de acordo com o art. 8º e seu parágrafo 1º da lei nº 1060/50 com redação introduzida pela lei nº 7510/86, ser juridicamente necessitado, não tendo condições financeiras para arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família , sendo, portanto, beneficiário da gratuidade de justiça, pelo o que indica para patrocinar a sua causa o Defensor Publico em exercício junto a este MM. Juízo, o qual deverá ser pessoalmente intimado de todos os atos e termos do processo.2- DOS FATOS Que reconhece estar parcialmente em débito, porém se opõe aos valores apresentados pela parte autora, vez que, afigura-se como excessivo o valor na cobrança apresentada, conforme comprovantes de pagamento em anexo referente aos meses de janeiro/2016, fevereiro/2016, e quanto ao valor de 01 salário mínimo cobrado nos meses de maio/2016 e junho/2016, não justifica vez que ao executado encontra-se empregado conforme ofício a fonte pagadora, fls 25. O Executado, como pode ser comprovando, não vem tendo muita sorte nos seus empregos, tem tido dificuldade em se manter nesses empregos devido a interferência da r.l. do alimentado, por esse motivo já impetrou ação própria Revisional de alimentos neste juízo. Reitera que, não obstante reconheça em parte o débito alimentar e não tenha intenção de refutar a sua responsabilidade de pai e alimentante , não possui condições financeiras para solver o referido débito com os valores referidos as fls 26/27 , uma vez ganha R\$ 885,XX, ( quatrocentos e oitenta e cinco reais) brutos conforme foi citado em tais fls. e por Ter constituído uma nova família Entretanto alimentante por reconhecer estar parcialmente em débito alimentar e diante de altos e baixos com relação a estar empregado, requer seja deferido o pagamento da diferença do montante apurado em 30 parcelas (trinta parcelas sucessivas), sem que haja prejuizo nas prestações vincendas a serem depositado em conta corrente da autora. Propõe, ainda, que a primeira parcela seja paga em novembro/2016, e como o alimentante apresentou comprovantes dos meses acima citado onde os valores foram reduzidos a quantia de R\$ 582,XX, ( quinhentos e oitenta e dois reais ) e sucessivas de R\$ 15,XX ( quinze reais ) já que o montante refere-se a R\$ 582,XX e não R\$ 1.291,XX. Além disto a execução em tela trata-se de prestações alimentícias pretéritas assim sendo não justifica a execução apoiada no art. 528 do NCP decretada a prisão civil , devendo esta ser processada na forma do art. 523 e §§ do NCP. Desta forma, o alimentante demonstra boa vontade e idoneidade em fornecer alimentos de acordo com suas possibilidades. Ressalva-se a excepcionalidade da prisão civil do devedor, por inadimplência da obrigação alimentar por ato voluntário e inescusável, não sendo este o caso do alimentante, pois este deseja cumprir com seu dever de alimentante como o fez ate agora . Por todo alegado e provado, requer-se a V.Exa. 1-A improcedência do pedido, especialmente no que concerne ao possível decreto de prisão por tratar-se de dívida pretérita; 2-A intimação da exequente para manifestar sobre a proposta do pagamento, compond o valor da dívida de R\$ 582,XX ( quinhentos e oitenta e dois reais ), já que o justificante se encontra impossibilitado de solver a dívida de acordo ao requerido nas fls 26 /27 sem que haja prejuizo de seu próprio sustento 3- Caso V.Exa., tenha diverso sentir, requer a designação de audiência especial para composição do débito.Nestes Termos,Pede Deferimento.Rio de Janeiro,.